



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 16 MAI 2018 Protocolo: 1059/18 Processo: 1059/18</div>	PROJETO DE LEI	Nº 966/18
	AUTOR: Deputado MAURÃO DE CARVALHO		
<p><i>"Acrescenta e modifica o artigo 6º, da Lei Complementar nº 853, de 30 novembro de 1999, que "Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização, efetiva ou Potencial de Serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia ou posto à disposição do contribuinte."</i></p> <p>A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:</p> <p>Art. 1º. Acrescenta e modifica o artigo 6º da Lei Complementar nº 853, de 30 novembro de 1999, que "Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização, efetiva ou Potencial de Serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia ou posto à disposição do contribuinte", que passa ter a seguinte redação:</p> <p><i>"Art. 6º - São isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços do Corpo de Bombeiros Militar, os imóveis residenciais unifamiliares que possuam área construída inferior a 50 m² (cinquenta metros quadrados), desde que o proprietário possua apenas, um bem imóvel com esta descrição e as instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Educação, diante da declaração de que não cobram contribuição de seu alunado. "</i></p> <p>Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.</p> <p>Plenário das Deliberações, 08 de maio de 2018.</p> <p>Deputado MAURÃO DE CARVALHO Presidente da ALE/RO</p> <p>Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO. Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados.

Considerando dentre outros motivos, o não pagamento da referida taxa é devido à escassez dos recursos para sustentabilidade das Escolas Públicas, haja vista que a obrigatoriedade do pagamento deste tributo confisca em parte a aplicação de recursos que poderiam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo reconhecedores do serviço relevante prestado pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia sendo evidentemente de suma importância não só para as escolas mais para toda a população de nosso Estado, a referida taxa exigida pela presente lei tem dificultado, conforme deliberações de vários Conselhos Municipais de Educação por todo o Estado, inclusive de Porto Velho, nossa capital, também a regularização das escolas que nem sempre dispõem de tal recurso para sanar essa pendência.

Diante do exposto, e sendo sempre o Parlamentar um representante da população junto ao Poder Executivo, solicitamos o apoio de Vossas Excelências nesta iniciativa que promoverá de certa forma a Educação.

Plenário das Deliberações, 08 de maio de 2018.

Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**

Presidente da ALE/RO
Major Amarante 390 Arigolandia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216/2816 www.ale.ro.gov.br